

Apresentação: voz identidade

Marcus Antônio Assis Lima^{1*} 

Ricardo Martins Valle² 

¹Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) – Brasil

²Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) – Brasil

*Autor de correspondência: malima@uesb.edu.br

© fólio - Revista de Letras 2024. Licença/Licence: [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

Perdas difíceis e uma trajetória a ser retomada. Este ano foi importante para a **fólio**. Temíamos a falta de submissões em 2024, porque a revista ficou um ano sem respostas. Com razão, alguns retiraram seu texto. Mas formamos um volume que pára em pé. Mesmo após um ano de silêncio, a **fólio** demonstrou-se um veículo procurado para a publicação científica em Letras e áreas afins: uma vitória conquistada nos quinze anos que nos antecederam. E não é uma reunião aleatória de submissões: há coerências importantes nos encontros que os sumários da **fólio** têm propiciado, mostrando-se um espaço para convergências temáticas e teóricas, o que indica que temos uma identidade e contornos de uma voz, se não comum, em sintonia.

Com este segundo número do volume 15 (2024), fechamos o quadriênio recuperando nossa regularidade, uma vitória de novo conquistada. Submissões vindas do Amapá, de Santa Catarina, São Paulo, Pará, Alagoas, Rio Grande do Sul, Bahia, indicam um acesso nacional, com autores formados em centros de excelência no Brasil e no Mundo. Recebemos ainda dois artigos em língua estrangeira, dando ao volume alguma diversidade linguística, que passará a ser uma diretriz. Em 2024, o volume 15 publicou duas dezenas de artigos e aumentou o número de textos selecionados entre o primeiro e o segundo fascículo, além de ampliarmos as seções.

Outro título para este número teria sido **todas as vozes**. Ficaria menos conceitual do que **voz identidade**, e ficaria bonito. Soaria como **todas as cores**, ou **todos os nomes**, que já são belos por soarem, antes do sentido. Mas **voz identidade** de alguma forma ecoa melhor ou reflete um momento da revista tomando consciência de um lugar de sua identidade. No número anterior, **vozes e silêncios ancestrais**, a persistência reuniu textos que tangenciaram o silêncio e a voz nos sistemas coletivos ancestrais de transmissão pela oralidade. Um hábito de fala, a melodia da frase, uma preferência lexical, a reiteração de um mote, uma

inclinação da opinião são componentes, por assim dizer, impressos na nossa voz pela voz de gerações e gerações familiares e comunitárias, com seus modos singulares de cumprir formas específicas do rito social. Desde a reiteração efetivamente ritual até as “gírias” de guetos, passando pelas mais diversas formas de liturgias do cotidiano, vozes passadas decalcam a voz pessoal de *cada um*, marcada por toda uma algaravia anônima, atávica, comunitária, às vezes materna, às vezes brutal, às vezes típica, às vezes surpreendente.

Não são “ecos do passado” o que se transmite pela voz nas tradições orais. Não é uma boa metáfora. O eco não tem uma intencionalidade na repetição e apenas decresce, não aumenta nem inventa. Nem o tempo é um meio ou veículo que se atravesse, como o eco atravessa o espaço. Não se parece com um eco, porque o que se perpetua com a voz é a repetição do sentido e a reiteração do gesto verbal, são formas de perpetuação histórica, são técnicas humanas, anteriores à roda, contemporâneas do rito funeral talvez. Práticas de manutenção da vida. Quando imaginamos algo que atravessa o tempo, ou quando naturalizamos essa figura, deixamos de compreender que estamos falando de uma transmissão verbal, que perdura na oralidade. A transmissão oral implica um complexo tanto de estratégias típicas, étnicas, como de estratégias comuns a todas as culturas humanas. Na efetividade, as vozes de nossos avós são formas que se repetem por gerações e, por isso, atravessam as gerações humanas na voz de nossos netos. Não deveríamos pensar em algo como um fluido, uma essência, um sopro de ar – uma abstração e uma figura de linguagem para ela. Não. A voz familiar coletiva se passa é de “mãe pra’os netos” e é assim que ela “atravessa o tempo”.

Nossas vozes consomem, antes de mais nada, o leite das línguas maternas. Pelas bocas de mães avós tias, além de pais e irmãos, é que adquirimos a língua-gesto, a voz pressignificante, o líquido não escandido do som amado. Antes da língua adquirida, já aprendemos os primeiros “sotaques”, entendendo por este termo uma dimensão abrangente de inflexões da voz e escolhas gramaticais até hábitos mentais, gestos corporais e inclinações ideológicas. Esse primeiro “sotaque” tanto individualiza quanto coletiviza, produz identidades únicas entre semelhantes, efeito de comunidade, estratégias de vida nas margens. Minoritarizados. Por isso, quando uma identidade individual enramada nas vozes coletivas encontra caminhos para se narrar, ela faz *literatura menor*, no melhor sentido do termo, produz literatura de resistência, produz dissidência, indica rotas de fuga. A voz individual se assume politicamente como comunidade, para intervir nos códigos majoritários, cujos fundamentos se subvertem pela proliferação rizomática das estratégias de vida minoritárias. Uma dessas infiltrações é o resgate historiográfico – a palavra é essa mesma – o resgate de vozes que condenadas à inexistência, como uma maldição do mito de Macabéa sobre

mentes pensantes fadadas a não dizer – ousaram usar a voz. A *literatura menor* é sempre um furo na bolha, que pode levar anos para ver seus efeitos. Seja como for, a luta contra o apagamento só pode ser permanente e não abre mão de estratégias.

Diante das ruínas do passado, o Anjo Novo da História percorre o vale das trevas em busca de almas a salvar da obscuridade. A imagem, na verdade, é outra. De alguma forma, o anjo de Paul Klee sobre o qual Walter Benjamin fantasiou lhe parecia insistir em, contra o vento do progresso, olhar para as ruínas do passado, em busca dos seus mortos, antes que o inimigo os ultrajasse. Não pode deixá-los insepultos, com o nome por fazer. Como anjo, sabe que há aqueles que precisam ser defendidos do apagamento, que precisam não ser esquecidos, que eventualmente precisarão ser defendidos da deturpação, da mentira, do reassassinato. Assume algo da causa moral de Antígona, constante no terror final de Benjamin em seu último texto: *se o inimigo vencer nem os mortos estarão a salvo*. Pois, no fim, é pelos mortos que lutamos afinal. Inclusive pelos mortos que finalmente seremos e que até os nossos netos serão.

A História é aqui alegorizada Anjo, mas é Maestra nos dias de semana dos séculos. Assim, sem deixar a beca de Magistra quando desata as asas, mistura na Graça concedida um *Memento* próprio de Anjo que olha para trás. Recolhe os malditos marginais e os menores esquecidos, demonstra suas grandezas, seus limites. Mas, se a História salva com uma mão, pode cobrar com a outra; no mínimo, cobrar uma lição, que é coisa de professora. Assim, a mesma História que resgata os afogados de todas as injustiças, inclusive do olvido e ostracismo, ensina a nós com o dedo advertido: – *sois pó*. Sem nem exclamação. Ou então, tratando-se em terceira pessoa para citar Fernando Pessoa: – *a História não marcará nem um*. Anjo cruel. É verdade. Cruel como um bom poeta e impaciente como um bom pai. Mas é aquele anjo que nos faz falar dos que continuam sob injustiça o que é sempre uma honra, se é que essa palavra tem dignidade para falarmos de Catherine Sutton, Laura Cornelius, Angela Davis, Judith Butler, Carolina Maria de Jesus, Eliane Potiguara, Maria do Carmo Cardoso Sampaio, Conceição Evaristo e um infinito etc, incluindo a dívida de tudo aquilo que o silêncio engoliu na voz individual perdida, sem escrita ou áudio-visual. Sob alguma forma, porém, toda voz há de ter remanescido no seio da comunidade que deixou.

De fato, a perda de um arcabouço de conhecimento oral deveria ser tratada como uma tragédia, uma biblioteca incendiada, um crime civilizatório. Porém, no início do terceiro milênio, chegamos ao tempo da restituição daquelas vozes que se adormeceram no anonimato de um uso excludente da linguagem, sobretudo no domínio poderoso do papel impresso. Nesta segunda para a terceira década do século XXI, estamos no meio de uma verdadeira *descida* de reconhecimento até os injustiçados da História. Não é a primeira vez que isso ocorre, mas talvez como nunca vivemos uma proliferação discursiva na escrita e na oralidade a restaurar tantos

renomes perdidos na subalternidade. Num campo de reflexão necessário e produtivo para a história literária, de repente nossas teorias sobre a literatura brasileira se desorganizam diante de coisas que não estavam no sistema, que não eram sequer conhecidas. E por quê? Por causa da origem social dessas autorias? É uma hipótese, mas frágil. Machado de Assis e Mário de Andrade nasceram pobres, foram “mulatos”, foi epléptico, um, homossexual, o outro, maldições de seu tempo. Não são uma coroa de louro ambulante. Mas fizeram-se “canônicos” em vida.

Porém, a reformulação no cânone literário brasileiro experimentada nas duas últimas décadas tem tratado às vezes de forma simplória a natureza do que começou a ser chamado de cânone justamente no debate anticânônico. De alguma forma, um moinho de vento. Por exemplo: tem se tornado comum dizer que tal escritor ou escritora não teve reconhecimento, porque não escreveu no estilo canônico, porque usou uma linguagem comum, etc. Raciocínio e estratégia errados. Grandes autores não se tornam clássicos por aderirem a um padrão de escrita canônica, a um “estilo canônico”, porque esse estilo não existe. O que é preciso dizer é que autores levam mais tempo para tornarem-se canônicos quando são (e falam sobre serem!) gays, travestis, lésbicas, condições que se agravam se são considerados pobres, loucos, ou se são também pretos, pardos, indígenas, curdos, judeus; enfim, se são mulheres. Sempre quando essas comunidades são tematizadas, os caminhos se tornam mais longos e difíceis: entre “falar manso” e “falar tudo” há a diferença de estratégia, mas são ambas legítimas, estratégicas, ambas eficazes, próprias a cada uso e necessidade.

Estamos no tempo de (re)ler antes de tudo mulheres históricas: que falaram em público, em diários secretos, em cartas, que foram notícias eventuais, ou recorrentes. Algumas falaram em todas as assembleias que puderam, deixaram documentação judicial, algum texto poético, ou crítico, romances e memórias. Mulheres de grupos minoritários que polemizaram publicamente, que compuseram comitivas, que integraram conselhos, que polarizaram debates cruciais, como Laura Cornelius (1880-1847), Minnie, dos Oneida, que alertou sozinha contra pautas aparentemente amigas dos povos indígenas, que ainda se tenta aplicar no Brasil. Uma mulher indígena extraordinária, uma liderança extraordinária, que reflete e honra a grandeza de sua ascendência entre povos que por dois séculos lidavam com a ocupação dos seus territórios, no nordeste do atual território dos Estados Unidos. Precisamos falar de Catherine Sutton (1824-1865), Nahnebahnwequay, dos Ojibwa. Quem sabe quem foi ela em seu próprio país? Uma mulher indígena que, no século XIX, militou e falou em público, inclusive perante a Rainha, em dois momentos de sua vida. A dureza vivida na geração de seus pais e avós alimentou a sua voz. Nascida no desfecho distópico da história do seu povo, Nahnebahnwequay (*A mulher que permanece em pé*) é outra voz feminina e indígena, que nem em Toronto se sabe quem foi. Nenhum topônimo, nem

um nome de rua! Nem nos arredores do rio Credit, em Mississauga, onde as gerações de seus pais e avós se refugiaram, para não passarem fome. Apenas no início dos anos 2020 Catherine Sutton foi reconhecida personalidade histórica em seu país.

Narrativas de mulheres indígenas atuantes, que usaram a voz em defesa dos direitos originários, tiveram a memória esmaecida. Entretanto, o discurso colonial daquela mesma região do mundo nunca deixou de reproduzir o mito de outra Catherine Ojibwa, uma espécie de Pocahontas da primeira expansão para o oeste. Contudo, essa outra Catherine, “a Ojibwa fiel”, faz parte de uma fábula amorosa inventada pela historiografia romântica do século XIX sobre a história colonial de Detroit, numa versão romanesca da história da conquista dos sertões de Ohio. Segundo essa fábula, a jovem ojibwa entrega aos britânicos o plano de seu próprio povo, tornando-se heroína da “civilização” no grande levante indígena contra os ingleses, no episódio que ficou conhecido como Cerco ao Forte Detroit, sitiado pela Confederação dos Povos Algonquinos chefiado por Pontiac, dos Odawa.

Quantas Paraguaçus, Moemas, Lindoias e Iracemas oferecidas em sacrifício, apagam gestos de resistência e silenciam vozes como essas que se têm imposto e que academicamente temos procurado recuperar para aprender com elas. Quantas Carolina Maria de Jesus, quantas Eliane Potiguara não chegaram a tanto? além de tudo que não é possível resgatar em toda a imensidão de oralidades apagadas. É preciso, não como anjos, mas como alunos ou netos, visitar o que nos ensina a experiência dessas mulheres, em todo o tecido discursivo que permeia suas ações, suas teses, seus embates, suas derrotas, suas contribuições, seus grandes acertos. Perspectivas se desdobram quando vozes silenciadas tornam-se objeto principal do interesse. Hoje as vozes que mais do que todas foram subestimadas tornam-se em grande medida a única saída, a única resposta, a única epistemologia possível para o enorme conjunto de problemas que a nossa geração não tem mais chance de ignorar. A mulher indígena, na força de seu duplo *devoir*, tem a resposta.

Entre os Yanomami é pela qualidade da articulação da minha sustentação verbal que sou reconhecido no meu grupo, ou nos meus grupos. O grupo compreende a voz comum compartilhada nas vozes individuais, ao mesmo tempo que compreende uma dimensão da unicidade de cada um ou cada uma que fala: somos neste sentido aquilo que falamos, aquele que falou assim aquela vez, aquele que fala assim em certas situações do grupo. Se considerarmos apenas a dimensão do discurso, o texto total que nos habita, o *tudo* verbal que lembramos e esquecemos de ter ouvido e falado, que concordamos e discordamos, que planejamos e desistimos, que foi pensado em palavras, essa totalidade é um irrepetível, uma impressão digital impossível de ser recapturada, mas basicamente esse texto caótico organiza e define a singularidade da voz que se diferencia na diferença e constitui a *minha* fala.

A partir da ideia da voz como valor de Adriana Cavarero, a chamada para o **dossiê** temático do presente número da **fólio**, sob a coordenação de Marcus Antônio Assis Lima, convidou à reflexão e à divulgação de resultados, que envolvessem a voz como contradiscurso, como atitude contra-hegemônica, como componente da relação docente, etc. Assim, o número **voz identidade** estabeleceu uma dobra temática com o número anterior, **vozes e silêncios ancestrais**, evidenciando sejam os decalques da singularidade única, expressa na voz, seja a voz como *devir* e vontade de poder, voz do eu e voz do grupo. Com abordagens e objetos diversos, os oito textos que atenderam à chamada temática da seção **dossiê** ou que escreveram a convite, desdobraram temas e pautas minoritárias, apresentaram o debate em torno a um problema ou a um autor, refletiram sobre práticas educacionais e sobre os discursos que constituem os seus sujeitos.

O conceito de expressão vocal de Adriana Cavarero pode ser considerado uma ferramenta para os estudos feministas, pois reflete sobre uma muito longa história de silenciamento e marginalização das vozes das mulheres. As noções tradicionais de voz tendem a focar nos aspectos semânticos, ignorando assim as qualidades viscerais e expressivas da voz. Este processo de “desvocalização” da razão desvalorizou historicamente a individualidade da voz de cada pessoa, o que atingiu especialmente as vozes femininas, que sempre foram muito menos grafadas, pois seus saberes específicos, na distribuição social do trabalho de outras épocas, permanecem no âmbito do conhecimento empírico apreendido pela repetição corporal e aprendido pela repetição vocal, e mantidos sem registros escritos ou gráficos. Neste sentido, os campos do conhecimento e do trabalho tradicionalmente femininos foram mantidos no âmbito da voz e, na hipótese de Cavarero, essa secundarização da oralidade é uma expressão do patriarcado.

A questão é também particularmente relevante para os educadores na sala de aula, onde se costuma exigir “voz de autoridade” numa exigência masculinista. De fato aquilo que se poderia chamar de “autoridade docente” emana de algo em nossa voz como professores e que efetivamente pode contrariar a confiança, até de quem não quer aprender o que ensinamos. Mas está provado que não emana de rigidez, mas de sabedoria. Em educação, a percepção da dimensão da voz, como a dos silêncios, pode contribuir para o entendimento da carreira já percorrida pelos alunos, seu “currículo externo”, abrindo acesso a ao menos parte de seus repertórios.

Ao amplificar e validar diversas vozes, incluindo aquelas tradicionalmente marginalizadas, podemos promover um ambiente acadêmico mais inclusivo e equitativo. Ao reconhecer o valor das diferentes vozes e experiências, podemos desafiar estruturas de poder que perpetuam desigualdades. Dessa forma, o conceito de expressão vocal apresentado por Cavarero é uma ferramenta para os estudos

feministas, para os estudos da oralidade, para a crítica e a história literárias. O humanismo relacional de Adriana Cavarero, baseado no contato com os outros, oferece uma ontologia da singularidade cujas críticas à abstração, ao masculinismo e à política de identidade ainda ressoam hoje, onde o significado de um “tu” único é negociado numa troca corporificada que pode oferecer cura ou feridas. Cavarero desenvolve uma ética altruísta que cultiva esse humanismo. Seu trabalho nos ajuda a capturar melhor a aquisição política de um eu narrativo que interage de forma dinâmica e muitas vezes ambígua com o “nós” político e coletivo.

O que se pretendeu com a chamada temática que culminou com o presente **dossiê** foi amplificar as preocupações de Cavarero, investigar as causas da violência e enfrentar os desafios, destacando claramente as dificuldades de se manifestar no contexto de qualquer desigualdade. Como condição ontológica e fenomenológica da exposição, a exposição textual, individual e coletiva mais ampla deve então ser considerada para desenvolver a crítica, ética e política que ela oferece. As “narrativas relacionais” propostas por Cavarero são uma nova descrição, emocionante e desafiadora, da relação entre individualidade e narrativa. Sua teoria do “eu narrativo” tem por base muitos pensadores das tradições filosóficas e literárias, de Sófocles e Homero a Hannah Arendt, Karen Blixen, Walter Benjamin e Borges. Ela mostra como os modelos narrativos em filosofia e literatura podem desenvolver novas formas de pensar a formação da identidade humana. Considerando como cada pessoa tem uma história única que pode ser contada sobre ela, Adriana Cavarero inicia uma importante mudança no pensamento sobre a subjetividade e a identidade que não se baseia em normas categóricas ou discursivas, mas busca compreender “quem” somos de forma única.

Nick Couldry defende a voz, como a capacidade efetiva de as pessoas falarem e serem ouvidas sobre questões que afetam as suas vidas, como o único valor que pode verdadeiramente desafiar a política neoliberal. Mas não basta uma voz: é preciso saber como a nossa voz é valorizada. Em Couldry a resposta é muito mais profunda do que simplesmente pedir “mais voz”. Do mundo então real, de Blair e Obama, à teoria social de Judith Butler e Amartya Sen, Couldry apresenta um brilhante conjunto de análises sobre a importância da voz, as contradições do pensamento neoliberal, os abusos das grandes *media*.

Diante disso, esse **dossiê** buscou contribuições nas áreas de Letras e afins que aprofundassem conceitos e temáticas implicadas na voz como potência humana, fundamento da criação e da invenção de narrativas de si e do mundo, aberta às narrativas minoritizadas, nessa janela aberta para a produção imemorial da oralidade, perpetuada pelas vozes que há nas vozes, pelas gerações que ainda falam e desfalam através da nossa voz.

Abre o **dossiê** o artigo do organizador. “O ‘eu narrável’ e o ‘eu narrado’ em Adriana Cavarero: as narrativas de vida de/sobre Herbert Daniel”, de Marcus Lima, reflete sobre uma leitura de mão dupla, desafiando a compreensão comparativa entre gêneros complementares e mutuamente desafiantes: a autobiografia e a biografia de um mesmo personagem histórico. O sujeito em questão é Herbert Daniel (1946-1992), ativista gay e comunista, visto por seu próprio ponto de vista e pelo ponto de vista de um terceiro. No debate, o conceito de voz haurido na obra da filósofa Adriana Cavarero. Na mesma frente literária, autoficcional, minoritária, segue “A Neca de Amara Moira: uma voz Pajubeyra”, de Ádrian Ferreira Barboza, Marcus Lima e André Mitidieri. A leitura do monólogo de Neca, em língua pajubá, do livro de Amara Moira, põe em destaque vozes marginais, na radicalidade da invenção literária escrita numa *gera*, num código linguístico de gueto, com todos os seus “sotaques” incorporados no embate comunitário de uma comunidade marginalizada de forma abertamente hostil. Também às margens, mas de outro modo, estão as vozes ribeirinhas e a realidade concreta de um mito mantido pela força da oralidade tal como é coletado e analisado em “Voces ribereñas y la realidad de un ser mítico: la leyenda del Boto”, de Gracinea dos Santos Araújo e Ivanda Costa dos Santos, um mito das margens dos rios, coletado nas margens hibridizadas do interior amazônico.

Sem sair das margens, três artigos sobre educação, letramento, práticas escolares, estratégias de vida e narrativas educacionais. Dois deles, falando de letramento entre refugiados, falam das barras que se passam na margem por excelência, a experiência de fronteira mais extrema e arquetípica: a experiência do exílio. Posto que a expulsão da pátria já foi a pior das penas e que grandes movimentos populacionais já ocorreram na história das humanidades, hoje as desigualdades regionais, o aquecimento global, as pressões coloniais sobre territórios defendidos pelos sistemas culturais originários são algumas das violências que reproduzem como nunca antes na história o problema migratório em territórios de fronteira em todo o mundo.

Procurando respostas a problemas dessa natureza, os desafios do ensino de português como língua de acolhimento são temas descritos e debatidos por dois artigos do **dossiê**, com contribuições complementares e reflexões convergentes, apesar das diferenças de natureza dos estudos. Em “O reconhecimento da voz no ensino de português como língua de acolhimento”, de Zilanezia Rocha e Alomba Ribeiro, temos uma reflexão sobre a voz no ensino de português em contextos de migração e crise humanitária. No mesmo campo, uma definição para reconhecimento da voz está no próprio título do artigo seguinte: “O abraço das palavras: o português como língua de acolhimento”, de Daniel Sevegnani e Thais de Souza Schlichting. São dois textos tão correlacionados que, mesmo que diferentes em tudo, foi preciso

durante o processo editorial estarmos atentos a não confundi-los e trocar um pelo outro: o abraço das palavras pelo reconhecimento da voz.

O sexto artigo, “Narrativas autobiográficas e identidades: histórias de letramentos de professoras”, traz um estudo sobre formação docente que se inclina para ouvir um grupo de professoras da educação básica sobre seu próprio processo de letramento, debruçando-se sobre as particularidades das narrativas autobiográficas das principais agentes do sistema educacional, levantando tópicos e recorrências, encontrando tons e singularidades no narrar-se a própria experiência docente das histórias ouvidas.

Nos seis primeiros artigos, a fortuna quis que o **dossiê** percorresse as duas frentes a que **fólio** é sempre um convite: três estudos de natureza literária e três estudos sobre educação linguística e formação docente. Os dois trabalhos finais nos lembram dos discursos que se erguem contra a *voz identidade*, quando ela demonstra habilidade para acionar e acessar o poder. A rigorosa descrição de marcos conceituais na formulação do debate feminista sobre gênero - “A tríplice semântica do gênero: tensões e disputas na teoria feminista”, de Marília Moschkovich - debate as semantizações polêmicas e assimiladas da palavra gênero, recupera algo do candente debate atual em redor do termo “gênero” no Brasil, e indica os riscos da difusão acrítica dos usos neutralizados de “gênero” apenas como academicamente correto. O trabalho de Marília Moschkovich, originalmente escrito em inglês no formato de capítulo, foi aqui traduzido e adaptado para um artigo por Ricardo Martins Valle, sob a consulta da autora. Nossa tradução disponibiliza em língua portuguesa parte da tese dessa professora brasileira, como uma fonte que precisa circular em português.










Por fim, mesmo que inscrito para outra seção e submetido em um momento extremo, trouxemos para o fecho do **dossiê** o artigo “O discurso neoconservador no Brasil: uma análise do podcast Retrato Narrado”. Aqueles que gritavam contra Judith Butler no texto de Marília Moschkovich são agora a “voz razoável” que debate problemas supostamente importantes para a sociedade brasileira. A voz da extrema direita? Talvez não. O discurso, a ordem unida, o lema, a palavra de ordem, bem como a tergiversação fingindo a complexidade de um debate entre meias verdades, ignorâncias e mentiras, banhado em senso comum. É um mal que está sempre a assombrar os frágeis consensos de vozes diversas. Por isso, nunca é demais, num **dossiê** sobre **voz identidade**, incluirmos uma outra análise brutalmente bem amarrada conceitualmente, neste caso com o objetivo de identificar marcadores típicos no discurso de direita - que é sobretudo um discurso contra a voz. A “nova voz conservadora” encarna-se por todos os lados, com milhares de milhões de acessos, tem muitos canais e se põe contra as vozes que recentemente vêm sendo reconhecidas na sua singularidade histórica. É preciso estar atento e forte.

Em **vertentes e interfaces i**, entre as seções de submissão permanente, trazemos dois estudos de natureza teórica em campos afins. O primeiro em francês que poderia ser traduzido por “A experiência da unidade da consciência no ato da vontade: pela realidade do objeto da intencionalidade”, de Rudy Kohwer, um trincado debate filosófico sobre a natureza da mudança no tempo e a percepção humana sobre isso, sobre tensões entre objetividade e subjetividade em busca do reconhecimento de uma dimensão objetiva para a intenção subjetiva, isto é, reconhecer a efetividade, objetiva, da concepção, subjetiva, de um objeto subjetivo por excelência, que é o objeto de um desejo, o alvo de uma intencionalidade. Miramos moralmente a virtude e essa disposição se torna ação, modera os nossos afetos e consolida o nosso *ethos*. O segundo estudo, “Cuvier, Lamarck, Gaston Paris e o problema da restituição dos textos”, de Marcello Moreira, é outro trincado debate teórico, aqui sobre a construção de hipóteses, objetivos e métodos da filologia clássica do século XIX com base nas ciências naturais coetâneas.

Em **vertentes e interfaces ii**, “Escola, diversidade e formação docente: um olhar sobre os multiletramentos”, de Andrea Barreto Borges e William Vidal Coutinho, aborda as novas necessidades que ambientes escolares diversos e as lutas por direitos têm exigido da carreira docente e dado à escola a função nuclear de produzir estratégias de multiletramento, isto é, o letramento de toda natureza de interesse das garantias da cidadania, ou seja, uma abordagem esclarecida sobre os tópicos sensíveis que permeiam a sociedade brasileira, sobre a história das dívidas históricas, sobre os grupos e comportamentos que historicamente foram alvo de violência de toda natureza, enfim, uma ferramenta na luta por direitos. Em “Marcas línguoculturais do léxico toponímico alagoano”, Pedro Antonio Gomes de Melo reconstitui relações de identidade entre língua e território, num estudo toponímico das localidades do município de Iraci no interior de Alagoas. Por ele, revisitamos antigas lições de toponímia e sistemáticas de classificação de Dick, nossa professora, Maria Vicentina do Amaral, da USP, pensando os enraizamentos culturais que os nomes de lugares lançam na paisagem e com isso constituem um território, perscrutando marcas do encontro, dos conflitos, dos eventos da ocupação, da paisagem natural e das línguas indígenas.

Por fim, inaugurando a nova seção **nascentes**, aberta a trabalhos de excelência produzidos em coautoria com graduandos, “Luamanda: um ensaio sobre a construção do afeto e do feminino negro” foi escrito por Kelvin Barbosa Freitas e Adriana Maria de Abreu Barbosa, no âmbito do curso de graduação em Letras da UESB, no *campus* de Jequié. A seção **nascentes** sempre houve, mas com outra configuração que efetivamente não eram seguidas à risca, ou não sempre. A seção efetivamente aberta a iniciantes agora passa a acolher textos em coautoria com discentes de graduação,

visando estimular o exercício da autoria científica em alunos de graduação em projetos de pesquisa, docência ou extensão, ao juízo da Comissão Editorial e do Conselho Científico. Sendo aberta a alunos de Graduação, a seção **nascentes** visa dar publicidade a trabalhos considerados extraordinários pelos orientadores, na Iniciação Científica, na Iniciação à Docência, Extensão, entre outras atividades acadêmicas orientadas.

Agradecemos a todos os envolvidos na edição deste volume. Particularmente a Fernanda de Castro Modl, Editora Adjunta, sempre pronta para o que for preciso, a Natalino Perovano, nosso Coordenador de Periódicos. Agradecemos sobretudo à generosidade dos **revisores científicos** – Tatiana de Freitas Massuno (UFRRJ) , Daniela Kanashiro (UFMS) , Íris Nunes de Souza (UESB) , Kelly Delgado Pimenta Lopes (SEESP), Flávio Almeida dos Anjos (UEFS) , Celina Diaféria (USP/PUC-SP) , Marcelo Lachat (UNIFESP) , Fernanda de Castro Modl (UESB) , Paloma Virgens Santiago (IFBA) ) e Claudia de Souza Teixeira (IFRJ) ) – que dedicaram seu tempo e a qualidade de sua formação para a seleção das submissões. Graças a eles, diminuimos o tempo de espera, implantando novas práticas, como a agilidade naquilo que chamam *desk reject*, isto é, a devolução dos artigos que na mesa da Editoria se demonstram fora do escopo, do interesse, do nível acadêmico, o que seja, da revista, a juízo do Editor e da Comissão Editorial. Políticas como essas, como um acompanhamento diário dos processos, seguem uma diretriz de nosso Plano de Desenvolvimento Editorial *in progress*: buscar a diminuição do tempo de espera dos autores. Assim, estamos elaborando um modelo de contato de acompanhamento do processo editorial para que textos não fiquem retidos por mais do que quatro meses.

Fechamos 2024, com um projeto editorial aberto ao aperfeiçoamento, à transformação e ao crescimento. Neste número, recriamos a seção **nascentes** e fizemos do **dossiê** uma seção eventual no interior da publicação. Manteremos assim um fluxo contínuo de recepção de artigos e outros gêneros de textos acadêmicos previstos, que sairão publicados semestralmente nas duas seções permanentes principais representadas nas duas frentes de **vertentes e interfaces**. Assim, a **fólio** sempre terá seções abertas para artigos críticos e resultados de pesquisa em Estudos Literários e em Linguística Aplicada, incluindo todos os temas teóricos e filosóficos de interesse nos dois campos. Para o próximo quadriênio, pretendemos abrir novas janelas que se anunciarão quando tiver que ser.

O presente número da **fólio** encerra um quadriênio em que podemos dizer que honramos uma trajetória interrompida de forma abrupta. Ficou a marca do trabalho do professor Márcio Roberto Soares Dias em mais de uma década de dedicação, e ficou sua lacuna, no volume que não entregamos, em 2023. Seu nome permanece *in memoriam* pelo próximo quadriênio na Comissão Editorial da Revista.